

A VIOLETA E AS REIVINDICAÇÕES PELA EDUCAÇÃO FEMININA

Gislaine Crepaldi Silva¹

RESUMO: O objeto desta pesquisa em História da Educação é a pretendida ampliação do espaço social feminino através da educação escolar e da profissionalização, durante o período estadonovista (1937-1945). Tal reivindicação foi solicitada por um grupo de mulheres que organizava e redigia a revista *A Violeta*, fonte primária e único periódico redigido e organizado exclusivamente por mulheres no Estado de Mato Grosso (Brasil), no período em questão. Os dados foram interpretados levando-se em consideração conceitos sobre contradição, espaço social, educação, modernização e gênero, numa tentativa de evidenciar o pensamento e os ideais das redatoras. Ademais, foram feitas algumas entrevistas com o objetivo de ilustrar e respaldar a pesquisa. O período analisado é caracterizado pelo pensamento conservador e centralizador da Igreja Católica e do Estado, quando foi possível detectar uma força moderadora exercida pelas redatoras, as quais denunciavam a sujeição das mulheres e questionavam padrões vigentes. *A Violeta* possui relevante significado porque materializou, através de seus artigos, o desejo de ampliação do espaço social feminino.

PALAVRAS-CHAVE: Revista *A Violeta*, gênero, História da Educação em Mato Grosso.

ABSTRACT: The object of this research is the intended amplification of the feminine social space through the school education and the professionalization during the period of New State (1937-1945). Such reclamation was requested by a group of women who organized and published a magazine titled *A Violeta*. This is a study of History of the Education based on the primary source of the magazine *A Violeta*. It was the only newspaper published and organized by women in the state of Mato Grosso in Brazil, during that time. The data were analyzed based on

¹ Mestre em Educação, pela UFMT; professora de História do Cefet-MT. E-mail: lainecrepaldi@bol.com.br.

concepts about contradiction, social space, education, modernization and gender, in an attempt of evidencing the thoughts and the ideals of the studied group of editors. Some interviews were also done aimed at illustrating and solidifying some points of the research. The analyzed period of time is characterized by the conservative and centralizing thought of the Catholic Church and the State, when it was possible to detect a force moderator exercised by the group of writers who denounced the women's subjection and also questioned the standardized patterns. The magazine *A Violeta* has important meaning because it materialized, through its texts, the desire of the feminine social space enlargement.

KEYWORDS: Magazine *A Violeta*, gender, History of Education in the State of Mato Grosso.

A educação da mulher deve ser uma das primeiras
preocupações do Governo.

Maria Dimpina Lobo Duarte

A demanda social pela educação formal acentuou-se a partir de 1930, em decorrência da crescente industrialização e urbanização dos grandes centros brasileiros, fortalecendo o discurso de uma ampliação pela escolaridade das massas urbanas. Enquanto isso, as livrarias de Cuiabá forneciam uma literatura capaz de assegurar normas e conduta às mulheres, como afirma D. Miloca²: *‘Líamos Fon-Fon³, Vida Doméstica, A Violeta, que era o que as moças daquela época liam. Esse era, assim, um suplemento feminino, falava sobre a vida social, sobre os cuidados com a casa’*.

As revistas publicadas na época possuíam a responsabilidade de passar, além dos acontecimentos sociais, os aspectos morais verificáveis du-

2 Apellido de uma fonte oral nascida em 1930, em Cuiabá. Entrevista concedida em 03/06/2002.

3 Segundo Nadaf (2000), o *Romance de Fon-Fon* foi uma revista semanal carioca da década de 1920, comercializada também em Mato Grosso, publicava romances em fascículos ilustrados.

rante a era Vargas, o que significava promover uma adequação do comportamento das leitoras a fim de assegurar um determinado padrão social, reafirmado pelo mundo das letras. As redatoras da revista *A Violeta* solicitavam melhorias nas condições educacionais das mulheres mato-grossenses. A educação feminina passou a ser o foco de atenção das escritoras, confirmando a reestruturação social pretendida por Getúlio Vargas:

Uma mulher educada educa cem homens. É imprescindível que ela seja educada. Quem é que dá as primeiras noções da vida do homem? Quem lhe ensina os primeiros passos, as primeiras palavras? Quem lhe incute as primeiras idéias? A mãe! A mulher! (OLIVEIRA, 1938, p. 13-14).

Após a implantação do Estado Novo, Vargas tratou de formalizar um Estado forte e corporativista e, para impor suas idéias, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e suas respectivas réplicas em nível estadual, denominadas de Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), que tinham como função coordenar e fiscalizar a propaganda nacional. Foram instituídos, também, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e os “daspinhos” em cada Estado, que serviam como instrumentos de moralização administrativa. Num governo centralizado, o DASP acabou por tornar-se um Ministério, cujos prefeitos e interventores estavam a ele submetidos.

As redatoras da revista não tiveram problemas com esse tipo de fiscalização, uma vez que reproduziam um discurso firmado pelo Estado Novo:

É a escola um dos grandes fatores da vida social, um órgão capaz de preparar o indivíduo para a sociedade, de educá-lo de um modo que ele possa ser feliz e possa também trabalhar com eficiência para o bem-estar da família e o engrandecimento da Pátria [...]

O papel das escolas, na atualidade nacional, é eminente e relevante [...] à solução do problema social, à saúde da Pátria, em uma palavra, sua salvação depende da higiene moral das casas de ensino que têm

o mais belo, o mais sublime dever de conduzir o ser humano à compreensão perfeita de sadios princípios, à compreensão exata da realidade das cousas, mostrando-lhe, abrindo-lhe a estrada da vida laboriosa e digna (MCP⁴, 1939, p. 15).

Embora esteja explicitado que a escola representaria a continuidade na formação dos indivíduos e que tal instituição deveria estar incumbida de transmitir valores que interessariam ao sistema político-econômico vigente, esse espaço permitiu a interação social que ultrapassou o suposto confinamento doméstico feminino para um grupo de mulheres. Nesse local, configurou-se a possibilidade de estarem sendo criadas outras formas de sociabilidade e de atualização de valores. A escola passou a adquirir dupla função: como instrumento de capacitação (dentro dos moldes corporativistas) e como instrumento de fomentação (circulação de idéias). Nesse aspecto, a escola tornou-se um núcleo capaz de reestruturar o saber-instrumento:

A educação da mulher deve ser uma das primeiras preocupações dos governos...

Deve, igualmente, a mulher preparar-se, por meios de leituras, para o desempenho inteligente e cabal dos seus deveres [...] (DUARTE, 1939, p. 21-22).

A partir do momento em que se estabelecia um paradigma cultural para o ser feminino e suas relações sociais dentro do discurso técnico-racionalizador em expansão pelo país, ficaria como encargo da escola e não mais da família o repasse de conhecimentos necessários à mulher para a sua atuação dentro e fora do lar, assim sugerida pela revista:

⁴ Segundo Nadaf (1997, p. 79), alguns pseudônimos e siglas que aparecem na revista são de impossível identificação.

A mulher não pode fugir dessa missão sagrada e dignificante: ser mãe e educadora.

Quer em casa, zelosa pela educação de seus filhos, quer na escola, contribuindo para a formação espiritual da criança; enfermeira, anjo de bondade para minorar os sofrimentos do próximo; casada, solteira, religiosa, moça ou velha, é e será sempre a sacerdotisa da educação social.

Prepara pois, na virgem prudente, a mulher forte; tal deve ser o nosso principal objetivo na formação moral de nossa sociedade. Mulher forte, diz a Escritura, é aquela em que o coração de seu marido o confia, que cuida da educação dos seus filhos, que examina os passos de sua casa; aquela, enfim, que prevê as necessidades de seus domésticos. E para tal só pode ser aquela que se preparou formando o espírito e o caráter nas bases sólidas da ciência doméstica e na prática da religião.

[...] Outras têm, como pendor natural, o instinto da educação doméstica. Mas serão todas assim?

[...] Não serei eu a única a pensar, com interesse neste problema do qual depende *in locum* a nossa formação social. Pensar não é bastante; precisamos de agir (idem, 1941, p. 1-3).

A primeira parte do artigo ressaltou a necessidade de se desenvolver, na educação feminina, as capacidades “naturais”: alterocentrismo, generosidade, paciência, servidora da vida etc., com o objetivo de fortalecer o espírito para dirigir novas gerações num “bom” caminho. Essas aptidões naturais estavam impregnadas de referências à religião cristã: benevolência e castidade, além de um forte patriarcalismo: fidelidade e complementaridade ao homem. Todas essas atribuições conferidas à mulher, para a elevação da família e da sociedade como um todo, visavam à elevação e ao bem-estar do próprio homem.

Entretanto, no final do artigo, questionava-se: “Mas serão todos assim?”, chamando a atenção das leitoras para essa missão “sacrossanta”. A autora fazia uma crítica à massificação dos pensamentos e

propunha ir além das idéias, aconselhando as mulheres a partirem para a ação.

A revista *A Violeta* foi confeccionada entre processos que conjugavam as aspirações e as necessidades das mulheres mato-grossenses, mantendo, em alguns aspectos, a validade justificadora da ordem vigente. De maneira sutil, essa indagação foi redefinindo consensos para um grupo letrado de mulheres. Nessa análise, a educação desejada incorporava elementos nascidos da reflexão e admitia transformação:

A educação é uma lei fatal da humanidade. Tudo neste mundo tende a evoluir-se, a transformar-se.

O homem passou por diversas fases de civilização; os governos mudaram-se [...]

E esse progredir continuará sempre, porque a inteligência humana nunca cessa de imaginar, de inventar.

A mulher, como companheira constante e indispensável do homem, acompanhou-o na sua evolução, mormente no desenvolvimento do intelecto.

A mulher moderna não é a mesma dos séculos atrás, ignorante, desconhecendo o alfabeto quanto mais as ciências, não é a mesma do tempo dos Césares ou dos gregos e troianos, em que a função da mulher era cuidar do arranjo do lar e produzir filhos.

Hoje, nada mais disso existe. Lutando e vencendo, fez os homens reconhecerem que, a par dos deveres, estão os direitos [...] (OLIVEIRA, 1938, p. 13).

Embora se refira à mulher como “companheira do homem”, com a conotação de apêndice ou prolongamento do ser masculino, a publicação fez emergir a idéia de emancipação feminina através da educação e vislumbrou a possibilidade de que esta viesse a ser uma concorrente do homem, em condições igualitárias. O artigo argumentou acerca da identidade feminina construída a partir da esfera doméstica (com função meramente reprodutora) e no âmbito da maternidade (enquanto função

puramente biológica). Ao incorporar-se à luta da mulher, o direito de igualdade possibilitou a ampliação de um espaço social até então identificado como espaço masculino, relacionado assim por Bicalho (1989, p. 80): “o espaço público, domínio do trabalho, e da política”.

Contudo, o acesso da mulher à esfera pública deveria estar de acordo com a sua “vocação natural”, enquadrada nas carreiras sociais, como: enfermagem, magistério infantil, assistência social e combate à mendicância. Tais idéias eram exaustivamente defendidas, dentre outros, pelo Padre Leonel Franca, que procurava demonstrar em seus estudos as diferenças psicológicas entre homem “egocêntrico e com tendência à abstração” e mulher “alterocêntrica e intuitiva”, e pelo líder do laicato católico, Alceu Amoroso Lima, que atribuía ao homem adjetivos como “revolucionário, belicoso e heróico”, enquanto a mulher era “conformista, conservadora, econômica e intuitiva”. Portanto, a educação dada aos dois tipos distintos também deveria ser diferenciada (VILHENA, 1988). Essa diretriz, estabelecida pela *intelligentsia* católica e pela política social do presidente Vargas, apareceu claramente numa correspondência em que Maria Dimpina Lobo Duarte solicitou orientações a Júlia Lopes de Almeida⁵ para a implantação de uma Escola Doméstica em Cuiabá. Júlia Lopes listou as atividades desenvolvidas em escolas profissionais para meninas e moças já existentes em algumas regiões do Brasil.

[...] Higiene – nações sobre saúde, asseio, hábitos (hora de sono, exercício, *sport*, etc.).

Alimentação, tratamento do seu corpo e da sua casa, afabilidade e serenidade de maneiras, etc. Ginástica Sueca – desenho, Música – (cantos, coros, higiene da voz).

5 Júlia Lopes de Almeida (1862-1934): escritora que publicou várias obras cuja temática centrava-se na discussão do papel exercido pela mulher no mundo, sempre defendendo a melhoria educacional do sexo feminino. Foi escolhida como madrinha do Grêmio Literário de Mato Grosso por jovens normalistas e algumas senhoras e senhoritas interessadas em formar uma agremiação capaz de cultivar as “letras femininas”. O Grêmio Literário Júlia Lopes de Almeida representou a abertura de um espaço para um diálogo cultural.

Jardinagem – Pomicultura – Horticultura – não há nenhum inconveniente que as moças aprendam a cultivar a terra e a fazer *inxertias* para melhorem frutos dos seus pomares, as flores dos seus jardins... Puericultura – Este assunto deve merecer o máximo carinho da diretora, pois que os cuidados dispensados às crianças desde o primeiro dia do seu nascimento são a melhor garantia da sua saúde e da felicidade dos paes...

Costura – corte de vestidos e de roupas brancas para uso de homens, feitos a maquina e a mão.

Pontos de marca bordados a branco e renda de vários sistemas, consertos de roupas velhas, serzir meias, remendar, etc.

Noções de Química – tintura de roupas, desinfecções e lavagens, fabricações de sabão, óleos caseiros, etc.

Cozinha – arte culinária, modo de manter a cozinha apuradamente limpa. Ensino prático e teórico.

Lavar – roupa branca; rendas, lãs. Engomar e passar.

Economia doméstica – escrituração em ordem, notas diárias, assentamento de pessoas, verificação de contas e de recibos, conhecimento dos preços do mercado, modo de comprar, etc. [...] (DUARTE, 1939, p. 13-15)⁶.

A ampliação do espaço público, através da instrução recebida numa instituição de ensino, determinou a afirmação social de um grupo de mulheres, apesar dos critérios existentes para estabelecer a identidade feminina pretendida pelas colaboradoras do Grêmio, pela Igreja Católica, pela política varguista e pela economia urbana crescente, surgindo um novo perfil feminino durante o Estado Novo. A mulher urbana e letrada passava a interagir num outro espaço e o seu subjetivismo tornou-se público, através da imprensa escrita.

⁶ Na revista *A Violeta* não existia uma seção de cartas, porém podemos encontrar algumas correspondências publicadas no periódico.

Quando o artigo discorreu sobre o modelo de mãe higiênica e racional, embutiu na função feminina a responsabilidade moral e afetiva da nação, no mesmo momento em que surgiram reflexões sobre a igualdade entre os sexos; a mulher devidamente instruída é a única capaz de regenerar e promover o bem-estar social. Todavia, essa atribuição é antagonica, pois a mulher acabou sendo responsabilizada também pela desordem. Se a integridade da família e da nação dependia da sua elevação moral e da sua autoridade, ao evitar a desmoralização e a má conduta, a mulher acabou sofrendo normatizações de comportamento (FOUCAULT, 1993). Dessa forma, a educação feminina estruturou-se em mecanismos sociais de controle para garantir a honra e a virtude da família e da nação, dando ênfase à “representação da mulher como esposa e mãe” (COSTA e BRUSCHINI, 1989, p. 93).

A educação feminina aconteceu e firmou-se com o conjunto das partes que constituía um todo, como um processo que conjugava as aspirações e as necessidades de um grupo de mulheres dentro de um contexto histórico-social. A instrução só se tornou compreensível a partir das relações sociais, resultantes da necessidade de emancipação e, ao mesmo tempo, do enquadramento social. Do antagonismo entre os dois propósitos, surgiu um outro consenso, que novamente foi resolvido e redefinido dentro do próprio contexto histórico. Ao defender a educação feminina, levou-se em consideração a singularidade específica desse sexo e sua participação no mundo do trabalho; incorporou-se um reordenamento do espaço social a ponto de se refletir sobre os benefícios e malefícios da missão de ser esposa e mãe. Isso pode ser observado na publicação de uma carta a uma noiva:

Tu vais casar [...]

Deixa-me oferecer-te, como presente de núpcias, esta carta que figurará entre jóias valiosas, finas rendas e custosos presentes [...]

Afasta-te um pouco da felicidade que te cerca e vamos pensar seriamente na realidade da vida que te espera.

Porque vais unir-te ao Edgar, deixando teu lar onde nasceste, cres-

ceste e onde és como uma princesa regente, acariciada e mimada por todos?

[...] Já pensaste nas abdicações a que estás obrigada pelo casamento?

[...] Já pensaste que um dia, ao invés de Edgar, acariciador e risonho, encontrar-te-ás sob o mesmo teto com um homem aborrecido pelos negócios e pelas dificuldades da vida ou tentado pelo mundo corrupto ao qual se devem as maiores desgraças? [...] (DUARTE, 1939, p. 7-8).

As controvérsias sobre o casamento se firmaram após a Primeira Guerra Mundial. À medida que as mulheres das classes média e alta foram tendo acesso à educação e ao emprego remunerado, o embate sobre o matrimônio foi tomando expressão pública. Tais mulheres se tornaram mais exigentes nas condições de igualdade diante dos homens. (BESSE, 1999, p. 41). A imprensa feminina reconhecia que o casamento era uma instituição conflituosa. Assim, o ato de reflexão sobre o matrimônio, pelo menos por um grupo de mulheres letradas, criou uma contradição. “Uma dessas contradições é a obtenção de um consenso que legitime [...] a (re)definição de idéias, valores e crenças consentâneas a essa concepção, de tal forma que ganhem validade cognoscitiva e justificadora da ordem vigente” (CURY, 1995, p. 14-15).

O feminismo implícito no artigo foi baseado no princípio da igualdade entre os sexos e na valorização da mulher enquanto indivíduo. Esse individualismo, preceito do mundo moderno, forçou uma nova identidade feminina que não estava limitada à relação com os homens, mas com a sua própria vida e no fazer desse acontecimento um possível devir.

O periódico repassou o perigo de se conformar com as demandas sociais; por se negar a refletir sobre o outro, isso tem múltiplos significados, pois se remete não só à relação com o marido, mas, substancialmente, com a vida.

Assim, a educação feminina, para as redatoras da revista, apareceu como elemento essencial nas relações socioculturais, e a reflexão sobre a prática matrimonial produziu um movimento pela autonomia. Ressalta-se, porém, que a busca por uma nova realidade não possuía caráter

regressivo, ou seja, não era um movimento que trouxesse para a mulher uma identidade perdida através dos processos culturais, mas um movimento capaz de trazer resultados imprevistos, e que esse devir foi se construindo em meio a dúvidas e desacertos. Através de uma forma dialógica, o artigo se tornou atraente pela proximidade entre as partes envolvidas, citando exemplos do cotidiano para propor novas perspectivas de vida às leitoras, além do casamento. Essa ideia também pode ser confirmada no artigo de Elizabeth Bastos⁷ (1938, p. 9), sobre o feminismo:

O pedestal de honra da mulher foi e será sempre o lar. Infelizmente este direito de erguer as gerações futuras tem trazido ao belo sexo as mais cruéis desilusões, tem sido para muitas um calvário. De uma natureza sensível ao externo, é com grande tristeza que observa em seu companheiro a indiferença que elle faz seguir à doce amizade que causa a união inicial. O Homem, completamente dominado pelo instinto, procura sempre um prazer novo, esquecendo-se dos seus deveres de lealdade e dedicação. Não nascemos para enganar, mistificar, o homem faz assim a sua própria infelicidade; viemos ao mundo para o embelezar com sentimentos nobres e vida sem mácula.

Sentindo-se ludibriada, observando no companheiro um ser que age geralmente de má-fé, volta-se a mulher na actualidade para o trabalho.

É na labuta pelo pão cotidiano que encontra o prazer de viver [...] Os representantes do sexo forte sempre julgaram-se vítimas da sorte e principalmente do matrimônio, porque têm de pelejar pela companheira. Pois esta ‘corvee’ lhe será aos poucos alliviada, então, o que lhes parece castigo aparecerá sob novo prisma de seducção [...].

7 Segundo a feminista Elizabeth Bastos, apud Besse (1999, p. 44), a sociedade assistia à destruição do casamento porque “o homem, [...] na maioria das vezes, continua a ser o ente da caverna, encontrando no casamento somente a satisfação de suas ‘necessidades fisiológicas’, porque logo deixam de ser maridos fiéis e dedicados, e porque ‘não têm grande desejo de proteger [a] esposa’”.

O artigo demonstra que a principal missão da mulher, no período, era a manutenção do lar e a formação das gerações futuras e que isso acarretou o dever de o homem sustentá-la economicamente, enquanto esta deveria agüentar os seus caprichos. A autora refugou essas conexões matrimoniais e conferiu ao trabalho feminino um papel preponderante. Não se trata de uma contra-afirmação ao início do texto, mas de reflexões sobre a prática social que poderiam levar à sua autoconservação. Tal constatação auxiliou a separar mecanismos contra o senso comum sobre a condição feminina mediante o matrimônio. A crítica a essa concepção abordou não apenas a relação econômica, mas a intolerância ao adultério masculino e a coisificação da mulher. Acompanhando as idéias feministas, o artigo explicita a relação entre o homem e a mulher e propõe uma igualdade social entre os sexos. Elucidar o fenômeno tornou a atuação social da mulher mais objetiva, inclusive nas instâncias burocráticas, buscando mecanismos que permitiram corrigir ou atenuar os desequilíbrios existentes entre homens e mulheres. Na busca desse reordenamento, a educação ocupou papel importante, pois é o processo pelo qual se concretizou uma concepção de mundo. O aprimoramento da educação institucionalizada pela mulher ajudou a elaborar estruturas de pensamentos baseadas no feminismo⁸, enquanto movimento que requer igualdades de direitos civis e políticos entre a mulher e o homem, tornando-se um valioso instrumento para uma transformação social. A educação escolar que oportuniza, dentre outras, a leitura e a circulação de idéias engendra as aspirações de uma sociedade sem discriminação e opressão. Segundo Besse (1999, p. 183):

8 Em todas as épocas da história, encontra-se resistência da mulher contra a discriminação baseada no sexo. A partir do século XIX, o movimento feminista torna-se mais amplo, desenvolvendo-se primeiro na Inglaterra e na França, posteriormente na Alemanha e Estados Unidos, chegando a outros países à medida que são atingidos pela Revolução Industrial e, conseqüentemente, pelas transformações sócio-político-culturais dos últimos séculos.

Entre 1918 e 1937, os movimentos feministas brasileiros tiveram papel essencial na formulação dos modos como se definiu a ordem de gênero de seu país. Bem-educadas, talentosas e, em muitos casos, bem relacionadas politicamente, as feministas atraíram a atenção das comunidades profissionais e políticas do Brasil para suas reivindicações de igualdade social, econômica e política. E conseguiram vitórias significativas: maior acesso das mulheres às oportunidades de educação e emprego, sufrágio feminino e outras reformas legais e constitucionais.

As líderes dos movimentos feministas no Brasil, entretanto, encontravam enormes obstáculos para integrar, de maneira mais ampla, as mulheres na sociedade, em função das diferenças socioeconômicas e das normas culturais do país. O movimento feminista não teve apoio de base para implementar reformas institucionais, pelo contrário, após 1937, com a instalação da ditadura de Vargas, sofreu ampla reação antifeminista por vários segmentos da sociedade, acusado de “não-feminista”, “não-cristão” ou “imoral” (ibid., p. 194). Não obstante, as colaboradoras de *A Violeta* enalteciam a União de Classes Femininas no Brasil:

Completo 13 do corrente o seu quarto aniversário a União de Classes Femininas do Brasil, benemérita associação fundada na Capital Federal [...]

O bem elaborado programa da referida associação, o elevado número de associados, o prestígio que lhe dão os poderes públicos, os intelectuais e grande número de senhoras de destaque social, são garantias seguras de seu êxito.

Em diversos Estados contam com sociedades congêneres suas filiais [...]

É a União de Classes Femininas uma sociedade que, sobre ser benemérita, muito nos interessa pelo seu programa bem delineado, a atividade de suas dirigentes [...] (DUARTE, 1941, p. 8).

O Clube Feminino⁹ teve um papel importante na sociedade cuiabana, promovendo reuniões para discussão dos problemas socioeconômicos que envolviam o seu universo. Contudo, como o próprio artigo afirma, as associadas eram intelectuais, e poucas mulheres cuiabanas (assim como ocorria no restante do país) tinham tido acesso às instituições de ensino, ficando alheias a esse tipo de movimento.

A existência desse Clube exigia grande habilidade diplomática para conseguir respaldo de homens e mulheres da classe média. Não houve nenhum ataque àquelas mulheres tidas como “do lar” e nenhuma revolução política. As redatoras da revista acreditavam que os ideais de liberdade e igualdade e a incorporação de outros valores na sociedade sobreviriam mediante a inserção, cada vez maior, de mulheres nas escolas e nas atividades fora do lar, temas que abordavam incessantemente.

A revista *A Violeta* não possuía uma tática que visasse alcançar reformas progressistas a curto prazo, porém denunciava o abuso do poder masculino, proporcionava oportunidades de reflexão sobre o casamento e escrevia sobre a importância da inclusão da mulher na vida política do país. De certa maneira, instigou a participação das leitoras em diversas esferas sociais. À medida que as organizações do periódico se vinculavam a determinados interesses, tornavam-se, como definiu Gramsci (1968), “intelectuais orgânicas dessa classe”, pois apontavam alternativas para a (re)organização da sociedade.

Existindo uma mediação entre o gênero feminino e o poder central, o Desembargador José de Mesquita proferiu:

9 O Clube Feminino foi criado em 1928 pelo grupo teatral e musical liderado por Zulmira d'Andrade Canavarros (1895-1995), cuiabana que, além de atriz, dirigiu muitas peças de teatro. Foi dela a ideia de fundar o Instituto Mato-grossense de Música.

Ao Clube Feminino cabia a movimentação da vida social de Cuiabá, promovendo festas elegantes e jogos de salão. Em virtude de sua importância, foi inaugurada uma sede própria, localizada à rua Barão de Melgaço, esquina com a rua Campo Grande, em 1941.

Segundo Veiga de Sá ([19--]), nem mesmo a inauguração de um cinema, o Cine Teatro Cuiabá, cuja primeira projeção foi no dia 23 de maio de 1942, foi capaz de alterar os hábitos noturnos da cidade, que eram de frequentar o Jardim Alencastro e os eventos do Clube Feminino.

Em meio a esse angustiante panorama, a alma que ainda tem ideal, ainda crê e cultiva o sentimento, olha ansiosa, perscrute nos horizontes sombrios a aurora promissora da redenção. É então que entra a observar-se, a precisar formas e contornos, a corporificar-se em linhas nítidas, a figura da mulher, como salvadora do mundo. Já uma vez ela perdeu com o nome de Eva aliciando, com seus amavios, o homem para a transgressão da lei.

De outra feita, ela o redimiu sob a bela encarnação da Virgem Mãe Maria, a mulher das Dores, personificação do espírito feminino de renúncia e sacrifício, morrendo de morte mais dura que a própria morte na paixão do filho.

Agora cabe, de novo à mulher na encruzilhada trágica do mundo moderno, salvar ou perder a humanidade. Ela a salvará, estou certo. Ela salvará o mundo, desde que se disponha a ser Maria e não Eva. A dar o exemplo do amor e da abnegação e não da vaidade e do apego aos gozos efêmeros. Influir, pelo espírito de desvelamento e bondade, na formação do homem novo. A ser moderna porque se não pode deixar de ser do seu tempo, mas para orientar o modernismo e não para se deixar absorver e arrastar pelo que ele tem de deletério e nocivo. A ser a guia amiga e companheira do homem e não o seu superior (MESQUITA, 1940, p. 7).

Na dicotomia para formar o “homem-novo” desejado pelo corporativismo, o movimento modernista foi duramente criticado, como era de se esperar, pela ala conservadora brasileira atrelada aos padrões culturais vigentes até então. As colaboradoras da revista que permeavam o velho e o novo na busca da redefinição social da mulher ora apelavam para ideais libertários, ora para discurso conservador (até porque isso era essencial para a circulação do periódico e por condizer com a classe social à qual pertenciam).

O panorama “deletério e nocivo” citado por José de Mesquita reporta-se às idéias de ameaça à estabilidade da família, como o divórcio, o “amor livre”, o controle de natalidade e o aborto. A partir de 1920, estruturou-se uma concordância generalizada sobre a “crise” do casamento e da família

e muitos temiam a extinção desses segmentos (BESSE, 1999, p. 41).

As idéias modernistas soavam muito estranhas às elites tradicionais brasileiras. Tal conservadorismo configura-se também no retrato confeccionado da mulher: ser Eva ou Maria. Enquanto o “ser Eva” carrega um caráter explícito da condição inferior do ser feminino na sociedade e, portanto, respalda-se na submissão para expiar os pecados naturais, o “ser Maria” contribui, num duplo aspecto, para manter a mulher oprimida. Se, por um lado, as características “essencialmente femininas” como passividade, introspecção, modéstia e humanidade desvalorizavam a mulher enquanto pessoa e legitimavam a subordinação, por outro, Maria está num plano tão idealizado que o seu comportamento se torna praticamente inatingível, derivando uma “dívida social” a ser paga eternamente pela mulher. A figura de Maria foi sendo construída, ao longo da história, para além dos fundamentos bíblicos, com prejuízos para toda a comunidade cristã, em particular para a mulher. Representada como a virgem do *Fiat*, aquela que diz sempre “sim” ao filho e à sociedade, absorve todas as mazelas sociais e toma para si o dever cabal de desmoralizar ou redimir o corpo social (BRUNELLI, 1989).

Apesar da aparência paradoxal, quanto à exaltação e à submissão da mulher, o artigo sugere que a educação do “homem novo” depende exclusivamente da atuação da mulher e esta, sem deixar de ser mãe, possui uma participação ativa na sociedade. A mulher, incumbida de transmitir valores, constitui um fator fundamental no consenso cultural. Ao interiorizar princípios que possam ser aplicados em diferentes campos de ação, constitui um “*habitus* cultivado¹⁰”. Essa condição que oprime e liberta a mulher ao mesmo tempo pode ser evidenciada em uma nota do modernista Graça Aranha (1939, p. 15), também publicada pela revista: “A Cultura

10 *Habitus* é um termo da filosofia escolástica reinterpretado por Pierre Bourdieu (1983, p. 15), definido como o “sistema de disposições duráveis”, estruturas estruturadas, predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente “regulamentadas” e “reguladas” sem que, por isso, se tenha necessidade da projeção consciente desse fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro.

libertará o nosso espírito. É a grande transformadora da vida. Por ela tudo é compreendido, dominado e tudo se torna acessível ao espírito, até então vago e assombrado. No começo foi o terror. No fim será a libertação”.

Resta ainda indagar até que ponto a educação e a religião conseguiram contribuir para a condenação e/ou absolvição da modernidade, durante o período estadonovista. Certamente, os aspectos morais repercutiam nos modos de formar meninos e meninas face ao quadro político e econômico vigente.

O regime republicano desencadeou a separação entre a Igreja e o Estado, concomitantemente à implantação das idéias liberais. A educação oficial calcava-se na laicidade e representava um obstáculo a ser transposto pela Igreja Católica, que conseguiu aglutinar forças e recuperar a sua influência no meio de uma sociedade que professava a sua fé. Sem dúvida nenhuma, um dos meios para se reposicionar socialmente era através da educação, ao veicular idéias e valores que obtivessem um maior controle e disciplina sobre a sociedade. Obviamente, isso não foi uma descoberta súbita; os processos disciplinares, como modo de sujeição, já existiam há muito tempo. São técnicas sutis, mas com grande poder de difusão.

Várias questões afetaram a Igreja Católica no que concerne à educação. Além da interferência do Estado com o ensino laico, deparou-se com idéias pedagógicas divulgadas pelos Pioneiros da Educação Nova¹¹, que preconizavam a ruptura do quadro familiar, da laicidade, da gratuidade e da co-educação. Dentre todos esses preceitos, ressalta-se a co-educação, por referendar-se à educação comum dada a homens e mulheres, e à readequação da Igreja Católica, por se aproximar dos ideais pedagógicos pretendidos pelo Estado corporativista. A educação feminina permitiria, em última instância, criar condições mais favoráveis à re-

¹¹ Segundo Leila de Andrade Oliveira (2001, p. 191), a Escola Nova tem como proposta central o deslocamento das atenções do professor para o educando. Valoriza os métodos ativos de ensino e aprendizagem, coloca a criança como o centro do processo educacional levando em conta seus interesses e necessidades, dá ênfase à liberdade do aluno e confere importância aos estudos de psicologia experimental. Pode-se dizer que as condições da sociedade brasileira não exigiam uma educação universal, mas voltada para as elites. Grande parte da população brasileira estava excluída da escola.

produção do modelo idealizado de mulher pela mentalidade católica que, ao concebê-lo como “elemento fundamental na conservação da família” estaria, paralelamente, modelando a mulher para proteger e preservar “a verdadeira família cristã”. O Estado, por sua vez, segundo os mesmos princípios, desempenharia a função de educar meninas e moças até aprovar um ensino diversificado para as jovens na Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942 (VILHENA, 1988).

A Igreja Católica acusava a pedagogia moderna laicista de separar “instrução e educação”, o que impediria a formação “consciente” do ser humano:

A predominância das questões técnicas sobre as políticas revela a tentativa de ultrapassar o modelo pedagógico tradicional através do modelo da Escola Nova. Passa-se, então, a pensar num modelo de escola primária mais voltada para a formação integral do que para a mera instrução (OLIVEIRA, 2001, p. 192).

Assim, a Igreja Católica tratou de estabelecer fortes vínculos com o setor educacional para irradiar a sua influência em todos os setores sociais, como pode ser verificado no artigo sobre o Asilo Santa Rita¹²:

Entre os colégios de Cuiabá, cuja instrução merece destaque, pelo carinho com que é cuidada, o Asilo Santa Rita ocupa um lugar distinto pela variedade de seu curso satisfazendo as exigências mais necessárias à educação feminina.

12 Segundo Ivone Goulart Lopes, o início das atividades no Asilo Santa Rita ocorreu em 28 de abril de 1892, como consta na ata de inauguração, entretanto os demonstrativos de receitas e despesas deixam claro que o funcionamento deste estabelecimento já ocorria com as Irmãs de Caridade de S. Vicente de Paula.

O Asilo Santa Rita, construído a partir do projeto do bispo Dom D’Amour, objetivava um espaço para meninas desamparadas, privilegiou o atendimento à população pobre, assegurando-lhe uma formação gratuita. Tal instituição possibilitou às mulheres ascenderem a estâncias formais de educação. Segundo a autora, várias mulheres encontraram também na Escola Normal e no Liceu o caminho para a sua profissionalização como educadoras, funcionárias públicas e particulares (LOPES, 2002).

Internato: as bondosas Irmãs recebem meninas matriculadas nos cursos ginasiais, encaminhando-as para os mesmos zelados e dando-lhes, sob o regime de internato, não só o auxílio de que carecem nos seus estudos, como lhes ministrando outros ensinamentos que se tornam necessários para a sua educação.

Cursos profissionais: é dado a dezenas de meninas mantidas pelo Estado e pela Arquidiocese. Aprendem o necessário para a vida prática conjuntamente com a instrução primária.

Obras do tabernáculo: funcionam regularmente, freqüentadas por um número considerável de moças que se dedicam ao hábil manejo da agulha confeccionando trabalhos artísticos custosos.

Jardim de Infância: fundado há cinco anos, o Jardim de Infância continua produzindo benéficos resultados, é o Paraíso das crianças! Cursos de datilografia: também no Asilo é dado um curso especial de datilografia, cujos ótimos resultados verificamos entre outros trabalhos da bela exposição ali realizada ultimamente.

Música e Ginástica: as aulas de música e ginástica, como as outras, são dignas de menção. O programa da festa do dia 26, de encerramento do ano letivo, é uma prova cabal do zelo com que são dadas lições de música e canto, de dança e ginástica. Por todos esses motivos, não poderíamos deixar sem esta consideração, seguida dos nossos aplausos, ao Asilo de Santa Rita que, como os outros estabelecimentos de ensino, cerra neste mês as suas portas para o gozo das férias anuais tão necessárias para o retemperamento de forças exauridas em um ano de profícuo e contínuo trabalho (ASILO DE SANTA RITA, 1939, p. 15-16).

A estrutura educacional que o Asilo ofereceu manteve-se intrinsecamente ligada aos interesses do governo, pois acabou reproduzindo determinadas práticas sociais que visavam à “estruturação da família”, baseada na técnica racionalizadora da época, bancada pelo Estado e pela Arquidiocese, embora essas duas instituições divergissem a respeito da co-educação.

Temos, portanto, os seguintes setores educacionais: a Igreja Católica, defendendo a diferenciação entre os sexos, e os Pioneiros da Educação Nova, defendendo a co-educação. Como representante da *intelligentsia* católica, sobressaiu-se o Pe. Leonel Franca que, além de ser um adversário fervoroso do escolanovismo, defendeu a educação humanista e o princípio da educação ativa, que visava ao desenvolvimento dos talentos naturais do educando. Já os Pioneiros da Educação Nova afirmavam ser o laicismo no ensino a maneira mais lógica e coerente para a organização do indivíduo e o desenvolvimento do Estado, permitindo a expansão biológica do indivíduo e o absolutismo do Estado Pedagógico. “Para a Igreja, a concepção de uma educação mais adequada à mulher passava, necessariamente, pelo ataque à co-educação dos sexos, principalmente na fase da adolescência” (VILHENA, 1988, p. 169).

Segundo a autora, nas primeiras décadas da República brasileira, ocorreram várias reformas educacionais, mas nenhuma delas provocou alteração substancial no sistema de ensino do país.

Nesse contexto, as colaboradoras da revista *A Violeta* ora tendiam para o conservadorismo, promovendo o desempenho da mulher matogrossense na esfera doméstica, ora tinham tendências liberais, incentivando outras atividades que extrapolavam o espaço do lar e do matrimônio. Enfatiza-se a implantação do paradoxo criado a partir da educação feminina que, se por um lado alargou os horizontes intelectuais e profissionais para um grupo de mulheres, por outro obedeceu aos objetivos corporativistas quando multiplicou mão-de-obra especializada na formação de professores de Economia Doméstica, de Jardim de Infância, de Educação Religiosa e de Assistência Social.

Na esfera pública, a prática co-educativa, principalmente no ensino secundário, parece ter conduzido as famílias a matricularem suas filhas em colégios exclusivamente femininos, anunciados assim pela revista:

[...] Que mais acertado que a criação de um curso para moças? [...]. O nosso grêmio, que sempre timbrou pela cultura e educação da mulher, exulta nesse momento e congratula-se com a população Cuia-

ba, agraciada com o magno decreto governamental [...] (DUARTE, 1943, p. 2).

Mesmo antes da promulgação da Lei Orgânica de 1942, que consagra a diversificação de ensino para homens e mulheres, não havia inconvenientes para as escolas mistas durante o primário, pois as crianças estariam “protegidas dos perigos promovidos pela adolescência até os dez ou onze anos”.

Por detrás dessas questões, persistiu a ênfase dada à especificidade dos atributos “naturais” do sexo feminino. Essas análises de “feitio psicológico” foram fortalecidas nas décadas de 30 e 40 do século XX e continuavam contribuindo para a visão tradicional que acabava separando por gênero as funções socioeconômicas e culturais do período (VILHENA, 1988). As transformações que se processavam – no que se refere à identidade, valores, prestígio, regras, normas, representações, comportamentos, relações de poder e sentimentos – ligavam-se intimamente às novas facetas da dinâmica social atrelada à crescente participação feminina na força de trabalho, em virtude do processo urbano-industrial.

O crescente fenômeno de urbanização/industrialização, a partir da década de 1930, criou um público novo composto pelas classes operária e média, as quais Vargas conseguiu atrair para si. Esse fato, somado à conjuntura internacional que obtinha a predominância de um regime forte e de mitologização de seus líderes e o carisma de Vargas, colaborou para a personificação deste presidente, como demonstra o artigo:

O Brasil viveu um momento de franca demonstração de apoio, confiança e solidariedade do povo para com seu chefe, de grata e perfeita harmonia de idéias entre o Governo e governados; de leal e sã compreensão de civismo no dia 10 do corrente, data da fundação do Estado Nacional. [...]

Falam as suas obras, as opiniões do povo, e o respeito e acatamento que lhe são dispensados, frutos colhidos de seu trabalho admirável na reconstrução que operou na Política Nacional.

Amparado pela justiça e pelo labutar profícuo de seu Chefe, o povo brasileiro: homem ou mulher, velho ou criança, letrados ou a gente campestre ou urbana, todos sabem que no Sr. Dr. Getúlio Vargas podem confiar, devem confiar e confiam, na certeza absoluta de não estarem em errada trilha.

Parecia um exagero esta minha assertiva, não fora verdade comprovada, clara e nítida, aos olhos de quem os tem para ver.

Um vulto qual o Sr. Getúlio Vargas não surgiu casualmente, como um Predestinado, no meio do seu povo a operar milagres.

E, se milagres vem operando, esses são os frutos de sua brilhante e sólida cultura, de sua abnegação sem limites, de seu trabalho, do zelo pela sua obra e da sua admirável compreensão dos sentimentos humanos, da nobreza de atitude e coragem de ação (DUARTE, 1943, p. 1).

Fatalmente, a educação feminina perpassou esse código de civismo e pelos princípios “teóricos morais” do Estado corporativista, através da ação planejada do Departamento de Imprensa e Propaganda, que obrigava a enfatizar as qualidades do chefe de Estado, suas virtudes pessoais, sua biografia, colocando-o sempre como defensor dos interesses do povo. Mas, de acordo com Faoro (2001, p. 833):

A incolumidade do contexto de poder, congelado estruturalmente, não significa que ele impeça a mudança social, quer no acomodamento ao campo internacional, quer no desenvolvimento interno. A permanência da estrutura exige o movimento, a incorporação contínua de contribuições de fora, adquiridas intelectualmente ou no contato com as civilizações mais desenvolvidas. Favorece a mudança, aliás, a separação de uma camada minoritária da sociedade, sensível às influências externas e internas, mais rápida em adquirir novas atitudes do que se a alteração atingisse o conjunto, em impacto indiferenciado.

Segundo o autor, uma categoria social, até por meios autoritários e coercitivos, acaba transmitindo às outras faixas da população um pro-

cesso modernizador. Nesta incorporação de retalhos, entre o autoritarismo e as idéias de vanguarda, há uma redefinição interna, uma readequação que legitima e expressa valores. É nesse contexto que o planejamento educativo colocava as mulheres como instrumentalizadoras do processo cívico¹³; isso servia para modelar o caráter feminino e, conseqüentemente, a célula-mater da sociedade:

A educação da criança depende de um conjunto harmonioso de preparos: físico, para a saúde do corpo; intelectual, para o desenvolvimento da inteligência; espiritual e religioso, para a preparação da alma; moral e cívico, para a família e a sociedade.

É à mulher que compõe ministrar essa educação. Cuidemos da criança educando a mulher! (NOTA, 1944, p. 2).

Se, por um lado, a educação feminina foi estruturada em linhas absolutamente antidemocráticas devido à exaltação ao patriotismo (leia-se Vargas), pela coerção sobre os materiais impressos, patriarquismo¹⁴, e em outras situações sociais, por outro, possibilitou às mulheres incorporarem o estigma de condutoras do país. A articulação desse discurso pedagógico, definido por Müller (1998) como “construtoras da nação”, favoreceu a um grupo de mulheres um alargamento do espaço público. Como a idéia de educar a mulher não representava uma ameaça imediata à ordem estabelecida, a “liberdade feminina” foi vista, por muitos intelectuais da época, como símbolo da modernidade e prova da “coerência de pensamento” deles. Eles também estimularam os talentos e energias das mulheres de classe média para tarefas economicamente produtivas ao país e fomentaram o desejado desenvolvimento nacional bem-orde-

13 A Constituição de 1937 prescreveu a obrigatoriedade da educação física, dos trabalhos manuais e do ensino moral e cívico.

14 Segundo BESSE (1999, p. 230), “patriarquismo é um sistema de relações entre gerações, bem como gêneros, no qual as crianças e as mulheres estão subordinadas ao cabeça masculino da família, que controla a riqueza da família, a sexualidade de suas mulheres e a força de trabalho de todos os seus membros”.

nado. Ainda segundo Besse (op. cit., p. 222), “as reformas educacionais ampliaram o acesso das mulheres à educação formal, ao mesmo tempo que promoveram sua socialização ‘apropriada’ para os papéis familiares”.

Em suma, através da educação, as mulheres das classes média e alta até assumiram uma posição central na sociedade, mas com o intuito de manter a ordem social e a moralidade pública.

No outro extremo do espectro social, é possível verificar que os privilégios dessa classe podem, pelo menos parcialmente, extrapolar o modelo único sobre papéis de gênero.

Nessa teia de relações, as mulheres que pensaram e escreveram *A Violeta* não compuseram uma categoria segregacionista, mas aceitaram valores e normas da sociedade que ajudaram a integrá-las em outros espaços públicos.

Mesmo contribuindo apenas com um ideário social específico, pode-se pensar a produção desse periódico imbricado em relações sociais. O espaço educacional pretendido por essas mulheres, a médio e a longo prazo, foi se estendendo, mesmo que isso tenha estruturado uma nova maneira de conservar as desigualdades entre os gêneros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASILO de Santa Rita. *A Violeta*, Cuiabá-MT, n. 258, p. 15-16, 30 nov. 1939.

BASTOS, Elisabeth. Sobre o feminino. *A Violeta*, Cuiabá-MT, n. 252, p. 9, dez. 1938.

BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade*: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil – 1914-1940. São Paulo: Edusp, 1999.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. O bello sexo: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX. In: _____. (Org.). *Rebeldia e submissão*: estudos sobre a condição feminina. Cidade: [s.n.], 1989.

BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

BRUNELLI, Delir. *Libertação da mulher*: um desafio para a Igreja e a vida religiosa da América Latina. 2. ed. Rio de Janeiro: CRB Publicações, 1989.

COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). *Rebeldia e submissão*. Estudos sobre condição feminina. São Paulo: Edições Vértice, 1989.

- CURY, Carlos R. Jamil. *Educação e contradição*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- DUARTE, Maria Dimpina Lobo. Carta aberta – a uma noiva. *A Violeta*, Cuiabá-MT, n. 249, p. 7-8, 28 fev. 1939.
- _____. O que a mulher deve saber de um livro útil. *A Violeta*, Cuiabá-MT, n. 255, p. 21-22, 31 ago. 1939.
- _____. Escola Profissional – um olhar sobre o passado. *A Violeta*, Cuiabá-MT, n. 258, p. 13-15, 30 nov. 1939.
- _____. Crônica. *A Violeta*, Cuiabá-MT, n. 279, p. 1-3, 31 ago. 1941.
- _____. União de classes femininas no Brasil. *A Violeta*, Cuiabá-MT, n. 279, p. 8, 31 ago. 1941.
- _____. [Sem título]. *A Violeta*, Cuiabá-MT, n. 301, p. 2, 30 out. 1943.
- _____. Crônica. *A Violeta*, Cuiabá-MT, n. 302, p. 1, 30 nov. 1943.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- GRAÇA ARANHA, José Pereira. Nota. *A Violeta*, Cuiabá-MT, n. 252, p. 15, mai. 1939.
- GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- LOPES, Ivone Goulart. *Asilo Santa Rita de Cuiabá: releitura da práxis educativa feminina católica (1890-1930)*. Cuiabá, 2002. Dissertação (Mestrado), Instituto de Educação – UFMT.
- MCP. A Escola. *A Violeta*, Cuiabá-MT, n. 252, p. 15, mai. 1939.
- MESQUITA, José de. A mulher e o modernismo. *A Violeta*, Cuiabá-MT, n. 265, p. 7, 30 jun. 1940.
- MONARCHA, Carlos (Org.). *Educação da infância brasileira: 1875-1983*. São Paulo: Autores Associados, 2001.
- MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. *As construtoras da nação? Professoras primárias na Primeira República*. Rio de Janeiro, 1998. Tese (Doutorado) – UFRJ.
- NADAF, Yasmin Jamil (Org.). *Catálogo de títulos sobre a mulher*. Cuiabá: UFMT, 1997.
- _____. *Rodapé das miscelâneas*. O folhetim nos jornais de Mato Grosso (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2002.
- NOTA. *A Violeta*, Cuiabá-MT, n. 313, p. 2, 31 out. 1944.

OLIVEIRA, Maria Pinto de. A mulher e a educação. *A Violeta*, Cuiabá-MT, n. 252, p. 13-14, 10 mai. 1938.

VEIGA DE SÁ, Cássio. *Memórias de um cuiabano honorário* – 1939-1945. [s.l.:s.n.], [19--].

VILHENA, Cynthia Pereira de Souza. *Família, mulher e prole*. A doutrina social da Igreja e a política social do Estado Novo. São Paulo, 1988. Tese (Doutorado), Faculdade de Educação – USP.